

“E EU? NÃO SEI DE NADA?”: LINGUAGEM, PODER E RACISMO NO CONTEXTO ACADÊMICO

Maria Adrielly Correia de Castro¹

Tomas Jeferson de Sousa Henrique²

¹Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, adriellycastro2805@gmail.com

²Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, tomazie.ufc@gmail.com

Resumo

Este trabalho buscou analisar a escrita e a linguagem acadêmica como ferramentas de poder que promovem uma hierarquização de saberes normativos e a produção de exclusões no campo universitário, enfatizando as dimensões raciais do preconceito linguístico. O texto fundamenta-se majoritariamente nas teorias de Bagno (2007), Foucault (1975), Quijano (2005), hooks (2013) e Freire (1989). A pesquisa, de cunho qualitativo bibliográfico, articula tanto reflexões teóricas, quanto a análise de produções que evidenciam a desqualificação do corpo territorializado e racializado no ambiente universitário, frisando a colonialidade como ponte que sustenta práticas de epistemicídio, linguicídio e a legitimação de determinadas formas de falar e escrever. Os resultados da análise evidenciam que tanto a fala quanto a escrita são instrumentos de regulação e hierarquização no ambiente acadêmico, como uma forma de “termômetro linguístico”. Constatou-se também como os efeitos dessa realidade implicam na fala e escrita acadêmica, concluindo que há a necessidade de tensionar a centralidade da norma-padrão e dar ênfase na legitimidade de produção de conhecimento presente na pluralidade linguística, condição essa fundamental na luta contra o preconceito linguístico no meio acadêmico.

Palavras-Chave: Preconceito; Racismo linguístico; Academia; Poder.

Introdução

A universidade contemporânea, herdeira de uma tradição ocidental moderna e colonial, ainda opera sob a lógica da exclusão e da hierarquização dos saberes, das corporalidades e das formas de expressão. Nesse cenário, a linguagem, tanto oral quanto escrita, figura como um dos principais dispositivos de regulação e controle, funcionando como um marcador que mede, classifica e valida quem pode ou não ocupar o lugar de sujeito do conhecimento. O presente artigo propõe uma análise crítica acerca do preconceito linguístico no ambiente acadêmico, compreendendo-o não como um fenômeno isolado ou meramente gramatical, mas como uma

expressão do racismo estrutural e da colonialidade que ainda sustentam as instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Partimos do pressuposto de que a imposição de uma norma-padrão da língua, associada a um ideal de “falar certo” e “escrever bem”, está profundamente imbricada em processos históricos de epistemicídio e linguicídio. Tais processos atuaram (e ainda atuam) na deslegitimação das línguas, variedades linguísticas e práticas discursivas dos povos originários e africanos diaspóricos, ao mesmo tempo em que forjaram um modelo de sujeito universal, branco, eurocêntrico e letrado como o único capaz de produzir ciência. Nessa direção, o referencial teórico deste trabalho articula contribuições fundamentais de Michel Foucault (1975) acerca do poder como prática normatizadora e disciplinadora; de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder e do saber; de bell hooks (2013), que denuncia o uso da língua como arma de colonização e humilhação; e de Marcos Bagno (2007), que há décadas vem desmistificando os equívocos conceituais que alimentam o preconceito linguístico no Brasil.

A pesquisa, de cunho qualitativo e bibliográfico, não se limita à revisão teórica, mas busca também articular reflexões que emergem da experiência concreta de corpos marginalizados no espaço universitário. Por meio da análise de produções acadêmicas e artigos, evidenciamos como a cobrança por uma suposta “norma culta” opera como mecanismo de silenciamento e exclusão, reforçando desigualdades sociais e raciais historicamente constituídas. Ao longo do texto, tensionamos a naturalização dessa norma e questionamos seus fundamentos, apontando para a urgência de uma reconfiguração epistemológica que reconheça a pluralidade linguística como expressão legítima de produção de conhecimento.

Assim, mais do que denunciar as violências simbólicas impostas pela norma-padrão, este trabalho pretende contribuir para a construção de uma academia pluriversal, onde diferentes vozes, sotaques, grafias e saberes possam coexistir sem hierarquizações. Afinal, como nos lembra bell hooks, a língua não fere por si só, mas pelo uso que os opressores fazem dela, e é justamente esse uso que precisamos desaprender e reconstruir.

1 Língua, escrita e normatização na universidade

Diante dos caminhos que este escrito transita, é inevitável não recorrer às teorizações sobre o poder, em específico, às de Michel Foucault (1975). Em toda a sua obra, o autor contraria a definição de poder como algo que se possui, estabelecendo-o, antes, como uma ação que se exerce e que, portanto, não se localiza em um ponto fixo. Em vez disso, o poder circula e se manifesta ao se inserir “[...] nos corpos, [...] em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana [e nas estruturas da contemporaneidade]” (Foucault,

1975, p. 161), servindo como fundamento de violências estruturais da sociedade. Aproxima-se então da conjectura, analisando o contexto histórico do Brasil, que tal processo tem como marcador inicial a colonização, visto que Quijano (2005, p. 2) afirma que “a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”.

Portanto, é válido afirmar que o poder, além de classificar, hierarquizar e normalizar os corpos e seus modos de ser, foi o mecanismo fundamental do projeto colonial. A colonialidade¹, produto do colonialismo, se desenvolveu precisamente através da imposição de uma matriz de poder que classificou a humanidade. Nela, o sujeito ideal, pleno de humanidade e razão, foi forjado a partir do modelo homem-branco-europeu. Tudo o que escapasse dessa identidade (os saberes, as corporeidades, as línguas, as formas de organização social e afetiva dos povos originários e africanos escravizados) foi sistematicamente categorizado como inferior e violentado. No Brasil, Nascimento (2019) pontua que:

O combate às línguas já faladas pelos povos originários negros e indígenas figura como um dos primeiros atos do mito da brasilidade linguística entre nós, gerando, ao mesmo tempo, epistemicídio e linguicídio. Definimos aqui epistemicídio sob os olhares atentos de Sueli Carneiro (2011) [...] define epistemicídio como o extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/conhecimento válido e do que não é. Linguicídio [...] tem uma relação muito diletta com o epistemicídio, porque figura como um epistemicídio que se dá por meio da linguagem (seja na conceituação, nomeação ou discriminação direta) ou das políticas linguísticas (Nascimento, 2019, p. 11).

A partir dessas reflexões, torna-se possível compreender que os processos de epistemicídio e linguicídio não operam de forma neutra, mas foram e estão profundamente imbricados em relações racializadas de poder. Nesse contexto, compreende-se como racismo linguístico um mecanismo estrutural que hierarquiza línguas, variedades e práticas discursivas a partir de critérios racializados, vinculando legitimidade linguística à branquitude e à herança europeia. Nas instituições, ele se manifesta na desqualificação sistemática das formas de falar e escrever de sujeitos que, conseqüentemente, foi engendrado pelo:

“ [...] fato da maioria dos brasileiros (ou seja, as pessoas negras) estar condicionada às formas mais precárias de educação linguística tem razão de ser diretamente implicada por políticas linguísticas impostas para populações afro-brasileiras e indígenas”.

¹ Colonialidade se compreende enquanto estrutura de poder global e permanente criada com a colonização, baseada na classificação racial que hierarquiza a humanidade, associando a branquitude/europeidade à superioridade e as populações colonizadas à inferioridade. É o núcleo do capitalismo moderno e do eurocentrismo (Quijano, 2005).

Ademais, pensar o espaço que a escrita acadêmica ocupa, enquanto uma prática formativa essencial dentro de uma sociedade permeada por esse poder, implica reconhecer as particularidades culturais e identitárias que também a constituem, visto que cada sujeito escreve a partir de um lugar social, histórico e linguístico específico. A escrita e a língua falada, portanto, rasgam o véu das denominações técnicas e normas e configuram-se como uma afirmação de pertencimento. É precisamente por isso que, segundo a pedagogia freiriana, não pode haver educação sem o reconhecimento da palavra e do mundo de quem aprende (Freire, 1989, p. 9).

Nesse sentido, torna-se fundamental deslocar a análise das estruturas abstratas do poder para o modo como elas se inscrevem na experiência concreta dos sujeitos. A colonialidade, enquanto matriz histórica e política, não atua apenas na organização dos sistemas de saber, mas atravessa os corpos, as identidades e as práticas discursivas, incidindo diretamente sobre quem pode falar, escrever e ser reconhecido como produtor legítimo de conhecimento. Bell Hooks (2013, p. 255) rememora o poema *The Burning of Paper Instead of Children* (1968), que escancara o processo sangrento de invasão dos territórios indígenas e a escravização dos povos africanos na América do Norte. Interseccionando aspectos como identidade, cultura e a subalternização desses corpos pela imposição colonialista, a autora pontua que:

[...] as palavras de Adrienne Rich, sei que não é a língua inglesa que me machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar (Hooks, 2013, p 225).

A relevância desse arcabouço histórico e teórico torna-se clara ao reconhecer a universidade como uma instituição social que reproduz, em suas estruturas e práticas, o mesmo padrão colonial de poder e saber (Foucault, 1975; Quijano, 2005). Ignorar esse princípio é esvaziar a prática e abrir espaço para que a linguagem permaneça convertida, nas estruturas de poder, em instrumento de controle. Ademais, os fundamentos dessa pesquisa são claros ao impor o questionamento **“eu não sei de nada?”**, pois se trata de um retrato da experiência de um corpo marginalizado dentro das grandes instituições de poder. Quando um corpo marginalizado escreve e deixa marcas de sua experiência enquanto intelectual, isso nem sequer é lido como um saber, e muito menos científico.

Nesse sentido, é preciso avançar na compreensão de como o racismo linguístico opera não apenas nas interações cotidianas da universidade, mas também nos mecanismos institucionais de avaliação e validação do conhecimento científico. Os critérios utilizados por periódicos, programas de pós-graduação e bancas examinadoras para julgar a "qualidade" de

um texto acadêmico frequentemente partem de um ideal abstrato de escrita que, longe de ser neutro ou universal, corresponde a uma norma historicamente construída a partir da experiência de grupos socialmente privilegiados. Como alerta Bagno (2007), a confusão entre língua e gramática normativa fez com que a academia tomasse a parte pelo todo, elegendo uma variedade linguística específica, a das elites brancas e letradas do Sudeste, como se fosse a própria língua portuguesa em sua totalidade. O resultado é que estudantes dissidentes desta norma, ao terem sua produção intelectual avaliada, são julgados não apenas pela consistência teórica ou originalidade de suas ideias, mas também, e talvez principalmente, por sua adequação a um padrão linguístico que lhes foi historicamente negado. Trata-se, portanto, de uma violência multifacetada: primeiro, nega-se a esses sujeitos o acesso pleno à norma culta ao longo de sua trajetória escolar; depois, cobra-se deles, na universidade, o domínio dessa mesma norma como condição para que suas vozes sejam legitimadas.

Portanto, não basta reconhecer as dimensões políticas da linguagem a partir de uma perspectiva histórica do colonizador; faz-se necessário um movimento que suplante a colonialidade ainda inscrita nas estruturas do contemporâneo. Como afirma Nascimento (2019, p. 84) “O papel das línguas, e de quem as discute, é reconfigurar o papel epistemológico da crítica ao racismo, buscando não apenas fazer concessão através do discurso, mas avançar a partir dele.” Não se trata de demonizar a norma, mas de tensioná-la, expandi-la e desobedecê-la, abrindo espaço para que outras vozes e saberes adentrem na academia. Sob essa ótica, a diversidade que excede a norma não é “erro”, mas manifestação de outros modos de conhecer, dinâmicos e vivos, tão transformadores quanto a língua mesma.

Passaremos a discutir no próximo tópico, o preconceito linguístico na academia a partir de seus fundamentos conceituais, suas manifestações empíricas e os desafios para sua superação.

2 Preconceito linguístico e academia

Entende-se o preconceito linguístico como uma forma de opressão que visa depreciar indivíduos cujas práticas de fala e escrita não se adequam à norma culta enraizada (Bagno, 2007), no entanto, é importante a reflexão sobre quais foram os parâmetros utilizados para que ao decorrer do tempo o “falar certo” e o “falar errado” passassem a existir, tendo em vista um contexto territorial em que há uma esfera cultural tão vasta. Afinal, ao se pensar em terras brasileiras, pode-se afirmar que cada uma das regiões, bairros e famílias possuem uma cultura singular e consequentemente uma forma de falar, mesmo essas dentro de um mesmo país.

Pensando nisso e retornando ao ponto de entender sobre o que se dá esse preconceito linguístico, o dicionário de Houaiss e Villar (2001, p.2282), aponta uma definição para o termo em questão, os autores dizem que se trata de:

Qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e de seus usuários, como, p.ex., a crença de que existem línguas desenvolvidas e línguas primitivas, ou de que só a língua das classes cultas possui gramática, ou de que os povos indígenas da África e da América não possuem línguas, apenas dialetos (Houaiss; Villar, 2001, p. 2282).

Seguindo essa lógica de buscar definições, em uma entrevista concedida pela linguista e professora Maria Marta Pereira Scherre, no ano de 2008, na qual pautas referentes ao preconceito linguístico, variação linguística e ensino foram debatidas, a mesma, trouxe que a discriminação da língua “é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro (embora o preconceito sobre a própria fala também exista).” (Scherre, 2008, p.12). Portanto, percebe-se que ao expor aqui diferentes concepções do que seria o preconceito linguístico, como os citados, é possível perceber que independente de quem ou o que está o definindo, há um entendimento do ato de exclusão e silenciamento referente ao preconceito com a fala e escrita.

Para além disso, agora pensando nesse podamento no contexto acadêmico, é relevante se debater sobre os equívocos conceituais e teóricos que estão relacionados a essa problemática, tais que são aprofundados por Bagno (1999) na obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (1999), na busca por entender quais seriam esses equívocos, o autor traz que:

O preconceito lingüístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo. Também a gramática não é a língua. (Bagno, 1999, p. 9)

Partindo do pensamento de Bagno (1999), o mesmo apresenta uma confusão que foi criada dentro do próprio ambiente acadêmico, em que há uma incoerência entre o falar e o escrever. O ponto central a ser averiguado com a fala do autor, é ter a concepção de que essa dita confusão que se gerou na academia há anos, respinga até os dias atuais quando se pensa na oralidade e escrita nesse contexto. Pensando nesse ponto de partida, ao analisar pesquisas e dados, percebe-se que mesmo com a quantidade de pesquisadores que abordam o preconceito linguístico e suas nuances, como por exemplo os citados Bagno (1999) e Scherre (2008), a presença de muitos falantes opressores no âmbito acadêmico ainda é uma realidade. Entretanto, vale ressaltar que o preconceito linguístico pode sim ser mascarado e muitas vezes ao menos

identificado, Marcos Bagno (2015) afirma que quase ninguém o percebe ou reconhece sua gravidade, já que há uma série de meios que reforçam o que é dito como “certo” e “errado”.

Portanto, ao adentrar na Universidade é comum se deparar com uma norma culta² de escrita e fala, entretanto compactuamos com o defendido pela pesquisadora Weirich (2020, p. 514), a mesma afirma que: “É uma verdadeira utopia pensar que a norma-padrão é a falada e escrita por todos. A verdade é que a norma-padrão é praticamente inatingível, isto porque ela não faz parte da língua falada”. Ou seja, como pensar em uma língua padrão e formas de se expressar todas padronizadas, em um contexto territorial tão abrangente? Quando se traz a questão de território, é importante frisar o trazido por Javier Medina López (2002, p. 13), que apresenta o fato de que o Brasil conta com duas línguas oficiais – A Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais – e mais de 200 línguas não oficializadas, vistas como “minorias”. Ou seja, ao visualizar um país tão amplo, que já passou por diferentes processos migratórios e um leque de contextos culturais, é de se imaginar que este possui diferentes variações linguísticas, mesmo tendo como base uma mesma língua. Ou seja, como pensar em uma “norma culta” ou “norma padrão”?

Trazendo novamente para o contexto acadêmico, nada mais justo do que analisar a realidade de alguém que está inserida nesse espaço. Logo, na pesquisa “*Escolaridade e preconceito linguístico: um estudo de caso no ambiente de pós-graduação*” (2020), a autora fez uso de uma entrevista semiestruturada com uma mulher, de 24 anos, formada em Letras, mestranda e oriunda do Maranhão, que segundo a mesma “possui o sotaque da variação bem sinalizado em sua fala” (Weirich, 2020, p. 520). Durante a entrevista, a pesquisadora questiona se a entrevistada já havia sido corrigida pela sua forma de falar, essa diz que:

Sim, inclusive atualmente também eu tenho vivenciado algumas situações em que as pessoas acham que têm o direito de me corrigir, acham que eu estou falando errado simplesmente porque eu vim de outra região. Não sei se é pelo fato de não entenderem porque eu falo muito rápido ou algo, de repente, alguma palavra que eu uso que é característica de lá, mas eu não sei o que que acontece realmente com essas pessoas que elas acham que têm o direito de te falar que eu estou falando errado. (Grifos da pesquisadora). (Weirich, 2020, p. 521)

A fala da mestranda chama a atenção em diferentes momentos, contudo quando a mesma diz não saber o que acontece com as pessoas que acham que possuem o direito de corrigi-la, há uma abertura de margens para se pensar que o preconceito linguístico não está

² Para Bagno (1999) a expressão “norma culta” é usada por uma tradição gramatical conservadora, mas que essa não representa a língua usada pelas pessoas cultas brasileiras. No caso, esse ideal se baseia nos padrões do português de Portugal, em escritos clássicos, entre outros.

relacionado apenas a língua, mas também a preconceitos sociais, relacionados a questões de poder e prestígio. Partindo desse princípio, Bagno (2007, p. 76-77) aponta:

Quer dizer que as formas linguísticas vão ser julgadas e avaliadas de acordo com os juízos e valores sociais atribuídos a quem se serve delas. [...] Assim, quanto mais alto estiver a pessoa na escala socioeconômica (e também quanto mais elevado for o seu grau de escolarização), maior será o prestígio atribuído à sua maneira de falar. Do mesmo modo, e inversamente, o menos prestígio social de determinados falantes vai ser correlato da visão pejorativa e depreciativa com que seu modo de falar será avaliado.

Unindo a fala da entrevistada e o pensamento de Bagno (2007), pode-se entender que o poder e a língua andam lado a lado. Ou seja, os que falam “certo” e escrevem “bem”, consequentemente possuem um maior poder ou se sentem acima de quem destoa da norma-padrão. Esta realidade, resulta em alguém que se sinta no direito de corrigir pessoas como a mestranda entrevistada, por se sentirem superiores. Portanto, a língua se torna também um mero objeto avaliativo, visto que essa possui variações, ou seja:

[...] aquilo que para o sociolinguista representa apenas “diferença” no uso da língua, para as pessoas em geral vai representar, de fato, um “erro”, um “defeito”, um sinal de “ignorância”. Por isso, venho repetindo que **onde tem variação sempre tem também avaliação**. (Grifo do autor). Bagno (2007, p.77)

Sendo assim, diante do apresentado, conclui-se que a língua em território brasileiro é viva e se modifica a cada contexto, ou seja, o português nada mais é que um “balaio de gatos”³ como metaforicamente define Bagno (1999). Porém, mesmo tendo essa concepção, quando se pensa no ambiente acadêmico ainda é uma realidade se deparar com uma norma-culta enraizada, essa que pode se tornar uma espécie de “termômetro intelectual”, em que os que falam e escrevem de acordo com os padrões são vistos como os que detêm mais inteligência, já os que não estão de acordo com esses sofrem uma série de violências contra sua própria língua e bagagem, visto que a sua forma de falar e escrever dizem muito sobre o que esses trazem de vivências. Para finalizar este tópico, vale retomar o pensamento do estudioso Marcos Bagno (2015, p. 45), em que o mesmo traz que do ponto de vista científico, não existe erro no português. Para ele, ninguém comete erros falando sua própria língua materna, assim como não cometem erros ao respirar ou falar. Ou seja, “A noção de erro advém da tentativa de igualar a oralidade com a escrita normativa, padronizada através da norma-padrão, disciplinada em dicionários e gramáticas”. (Weirich, 2020, p. 522).

³ “Na verdade, como costume dizer, o que habitualmente chamamos de português é um grande ‘balaio de gatos’, onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, recém-nascidos, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses ‘gatos’ é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional.” (Bagno, 1999, p. 17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a presente escrita analisou a linguagem acadêmica como prática atravessada por relações de poder que desencadeia em uma hierarquização do saber e na exclusão no ambiente universitário, principalmente no que diz respeito a corpos racializados e territorializados. Evidencia-se que o preconceito e o racismo linguístico se configura como uma ferramenta estrutural que torna legítimo determinadas formas de falar e escrever, essas que normalmente são ditas como cultas ou normativas, tudo isso sustentado pela herança do saber colonial e por processos históricos repletos de epistemicídios e linguicídios. Por fim, aponta-se a necessidade de tensões e uma dada reconfiguração relacionada aos critérios de normatividade presentes na academia, visto o leque de vivências e diferentes formas de se expressar nesse dado espaço.

Referências Bibliográficas

- ABRACADO, Jussara. **Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito linguístico, variação linguística e ensino.** *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário*, Niterói, n. 36, p. 11–26, 2008.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico.** 56. ed. rev. e aum. São Paulo: ParábolaEditorial, 2015.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1975.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- HOUAISS, Antônio.; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LÓPEZ, Javier Medina. **Lenguas en contacto.** 2. ed. Madrid: Arco Libros, 2002.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo.** Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- WEIRICH, Mayara Tonett Galiassi Scheid. **Escolaridade e preconceito linguístico: um estudo de caso no ambiente de pós-graduação.** *Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 11, n. 2, p. 512-526, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10279>. Acesso em: 24 dez. 2025.